

# Funaro insiste em juros menores

Dívida  
externa

QUARTA-FEIRA — 9 DE ABRIL DE 1986

## juros menores

**A. M. PIMENTA NEVES**  
Nosso correspondente

WASHINGTON — O ministro da Fazenda do Brasil, Dilson Funaro, refletindo uma posição comum às autoridades financeiras dos países devedores, disse ontem que as taxas de juros que recaem sobre a dívida externa do País têm de baixar substancialmente. Funaro disse que a Libor (taxa interbancária de Londres) ainda está cerca de quatro pontos percentuais acima da inflação americana e que, quando o Brasil contratou grande parte de sua dívida, a taxa de juros real (descontada a inflação) paga pelo País era de apenas 1%.

Funaro afirmou a seguir, numa conversa com jornalistas brasileiros, oitenta à tarde, no restaurante do Fundo Monetário Internacional, que as taxas históricas são muito inferiores à atual. Houve pico de três pontos reais, disse, "mas a grande parte ficou em mais um e menos um (ponto de porcentagem)".

O ministro, que participa em Washington de reuniões dos órgãos assessores do FMI e do Banco Mundial, disse que o Brasil exporta hoje 23,8% da poupança nacional ou o equivalente a 5,3% do seu Produto Interno Bruto. Se o País está mandando poupança para fora, evidentemente está deixando de investir internamente, declarou.

Acrescentou que o Brasil pode viver sem precisar de dinheiro novo, isto é, de novos empréstimos dos credores, e continuar pagando os juros da dívida. Mas deu a entender que novos empréstimos seriam necessários para compor o esforço de desenvolvimento do País. Para o ministro, contudo, é essencial que se normalize o custo do dinheiro internacional.

Quando lhe perguntaram sobre se considerava válido o argumento de países industrializados e credores, segundo o qual se deve deixar que o mercado cuide do nível de juros, como aconteceu finalmente com o preço do petróleo, Funaro respondeu que o mercado funciona para o preço das commodities, mas que o nível

dos juros é uma questão de política econômica. Se os países ricos aumentam os déficits e aí usam políticas que produzem a elevação dos juros para corrigir seus problemas, isso já não é uma questão de mercado.

Funaro, que hoje fará um discurso importante na reunião do comitê interino — discurso que, segundo um assessor, conterá maior volume de decibéis —, revelou que fará uma série de ponderações sobre o problema dos juros e sobre a maneira de resolver a crise que afeta os devedores.

O ministro demonstrou não estar muito preocupado com as repercussões externas do Plano Cruzado, afirmando que o programa "é nosso e foi feito para nós". Agora, afirmou, "temos de resolver os problemas que nos ligam à comunidade internacional". A respeito das relações do País com o Fundo Monetário Internacional, Funaro afirmou não estar cogitando de nenhuma acomodação com o organismo objetivando facilitar a negociação com os bancos privados. "Estamos sempre indo no caminho de demonstrar que o Brasil tem total condição de fazer acordo com os credores sem o Fundo", salientou.

"Não queremos a presença do Fundo na discussão da política econômica do País", ressaltou o ministro da Fazenda, que disse não estar pensando nem sequer em acordo mais informal do tipo feito pela Venezuela com a instituição. Contudo, Funaro afirmou que a missão do FMI poderá visitar o Brasil para levantar dados sobre a economia brasileira, no contexto das consultas anuais previstas para todos os membros pelo artigo IV dos estatutos da instituição. "Essa é a única ligação que temos com o Fundo", afirmou.

Funaro disse que o FMI não gosta de divulgar seus relatórios e que o Brasil não lhe pedirá que forneça relatórios sobre o Brasil aos bancos credores do País, como acontece nos casos de monitoramento ampliado.

O ministro, que ontem visitou o senador democrata Ted Kennedy, ficou de se avistar hoje com o líder democrata na Câmara, Tip O'Neill.

Funaro esteve com ambos no Brasil. O ministro disse ainda que não tinha encontro previsto com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, mas que ainda poderá ocorrer.

Em conversa separada com a imprensa, o chefe da assessoria externa do Ministério da Fazenda, Álvaro Alencar, disse que até o fim deste ano o Brasil terá acumulado atrasados no valor de US\$ 2,4 bilhões (entre juros e principal) com os governos credores membros do Clube de Paris. Alencar deve partir neste fim de semana para Paris, a fim de tentar negociar um acordo plurianual de reescalonamento dessa dívida com o grupo.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, comentou posteriormente que não interessa ao País pagar esses atrasados com o Clube de Paris e liquidar o problema de uma vez. Isso prejudicaria as reservas internacionais que o Brasil vem acumulando, disse. No ano passado, o Banco Central acrescentou US\$ 500 milhões a essas reservas e este ano poderá adicionar-lhes mais de US\$ 1,2 bilhão.

Funaro foi eleito ontem, a contragosto, segundo vice-presidente do Grupo dos 24, o que significa que, dentro de três anos, o Brasil ocupará a presidência do Grupo, que representa os países em desenvolvimento. Os ministros do grupo reuniram-se ontem e aprovaram um comunicado contendo as posições que defenderão a partir de hoje nas reuniões do comitê interino e do comitê de desenvolvimento. Muitas dessas posições foram divulgadas ontem por este jornal.

Funaro disse que a questão da queda do preço do petróleo exigiu longas discussões do grupo com diversos exportadores pleiteando que o comunicado proclamas que a queda do preço do produto prejudica a economia internacional. Essa não é, evidentemente, a opinião dos importadores de petróleo como o Brasil. Segundo alguns produtores, o fenômeno acarretará uma transferência de US\$ 80 bilhões dos produtores para os importadores este ano.